



221
6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CIVEL N.º 0246656-2

APELANTE: UNIMED COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

APELADO: LIDIANE SUELY MARQUES BATISTA

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. CONSUMIDOR. APELO NÃO PROVIDO. RECURSO ADESIVO PARCIALMENTE PROVIDO. NEGATIVA INJUSTIFICADA DE PLANO DE SAÚDE. EXAME NECESSÁRIO PARA DIAGNÓSTICO. DANOS MORAIS. MAJORAÇÃO DO *QUANTUM*. POSSIBILIDADE.

1. Recurso interposto em face da sentença que decretou a condenação da Unimed ao pagamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelos danos morais causados a apelada, frente a negativa injustificada de cobertura de exame indicado pelo médico especialista.
2. Alegação da empresa apelante que não seria obrigada a cobrir o procedimento médico, uma vez que este não consta no rol de procedimentos de cobertura obrigatória pelos planos de saúde, editada pela ANS (Agência Nacional de saúde). Impossibilidade. O exame, indicado que foi por profissional de saúde habilitado para tal, deve ser acobertado pela seguradora, uma vez que **não** consta no contrato de adesão realizado entre as partes que tal exame está excluído da cobertura.
3. Recurso Adesivo para majorar o valor da indenização para o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Possibilidade. Respeito aos Princípios Contratuais bem como à saúde do paciente. Manutenção dos honorários advocatícios no percentual arbitrado pelo juízo *a quo*.
4. ~~Apelação não provida. Recurso Adesivo parcialmente provido. À unanimidade.~~

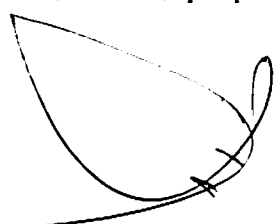


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nestes autos de Apelação Cível de nº **0246656-2**, acordam os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 21 / 03 / 2013, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO, bem como a DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO**, tudo conforme os votos e Notas Taquigráficas, anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 21/03/2013


~~Alfredo Sérgio Magalhães Jambo~~
Desembargador Relator



211 R/18

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0246656-2

APELANTE: UNIMED COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

APELADA: LIDIANE SUELY MARQUES BATISTA

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

RELATÓRIO

Cuida-se de Apelação Cível interposta pela UNIMED, em face da sentença de fls.136/138, que condenou a apelante ao pagamento do valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização por danos morais causados à apelada, ante a negativa de cobertura para a realização de determinado exame médico.

Em suas razões recursais, a UNIMED alega que não ofereceu a cobertura do exame “Tilt Test” por não constar no rol de procedimentos de cobertura obrigatória pelos planos de saúde, previsto na Resolução Normativa nº 82, editada pela Agência Nacional de Saúde (ANS) e vigente à época do ocorrido.

Contra-razões de apelação às fls.176/184.

A parte autora interpôs Recurso Adesivo às fls.161/172, requerendo a majoração do *quantum* indenizatório para o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) bem como o aumento dos honorários advocatícios do percentual de 10% para 20% sobre o valor da condenação.

Contra-razões do Recurso Adesivo às fls.204/208.

É o que importa relatar. Ao Douto Revisor.

Recife, 23/01/2012


Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0246656-2

APELANTE: UNIMED COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

APELADO: LIDIANE SUELY MARQUES BATISTA

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

VOTO

A sentença de fls.136/138, prolatada pelo juízo *a quo*, condenou a apelante ao pagamento do valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização pelos danos causados à apelada, ante a negativa de cobertura para realizar o exame denominado Tilt Test.

Em sede de apelo, a UNIMED defende a tese de que não seria obrigada a cobrir o mencionado procedimento, uma vez que tal exame não estava previsto no rol de procedimentos de cobertura obrigatória previsto pela Resolução Normativa de nº 82, editada pela ANS (Agência Nacional de Saúde) e em vigor à época do ocorrido.

Compulsando os autos, verifica-se que no contrato de adesão estabelecido entre a empresa e a apelada (fls.16/42), o exame em questão não consta no rol de procedimentos excluídos de cobertura pelo plano de saúde, de forma que a sua negativa restou injustificada, uma vez que houve indicação médica para a realização do exame, conforme fls.48.

Entende a jurisprudência dominante que compete à seguradora pagar as respectivas despesas decorrentes do procedimento indicado pelo médico para obtenção de diagnóstico, de forma a respeitar os princípios contratuais e a saúde do usuário.

Conforme entendimento do TJ-MT:

(...) Se o plano de saúde não exclui especificamente da cobertura o tratamento prescrito por médicos especialistas ao usuário do plano de saúde, compete à seguradora pagar as respectivas despesas decorrentes do procedimento diagnosticado,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

como corolário de respeito aos princípios do contrato, mormente de respeito à saúde. Ao restar demonstrada a relação de causalidade entre a negativa injustificada de cumprimento do contrato pela apelante e o sofrimento experimentado pelo apelado, tem a Unimed Cuiabá o dever de indenizar o dano moral provocado. (Apelação Cível Nº 16184/2009. Des. Relator: A. Bitar Filho. Órgão Julgador: 2ª Câmara Cível. Data do Julgamento: 07-10-2009).

Neste mesmo sentido é o entendimento deste Egrégio Tribunal:

PROCESSO CIVIL - DIREITO DO CONSUMIDOR - PLANO DE SAÚDE - TRATAMENTO - CLÁUSULA RESTRITIVA - REDAÇÃO SEM DESTAQUE - MÉTODO E HOSPITAL INDICADOS PELO MÉDICO - NEGATIVA DA SEGURADORA - IMPOSSIBILIDADE - NECESSIDADE DO EXAME. (...) 4. Ainda, não cabe à empresa ré interferir no procedimento recomendado pelo médico que está acompanhando o Recorrente, pois ao plano de saúde não cabe discutir qual o método técnico/científico mais eficaz, nem pode o paciente, em razão de cláusula limitativa, ser impedido de receber tratamento com o método mais moderno disponível no momento em que instalada a doença coberta. 5. Neste panorama, é forçoso concluir que a dignidade da pessoa humana não deve nem pode ser sopesada com princípios outros, eis que, mais que isso, a supracitada dignidade é um fundamento da República Federativa do Brasil. 6. Diante de todo o exposto, a recusa na cobertura da Seguradora Apelante, diante da necessidade do exame prescrito por profissional da medicina, afronta a dignidade da pessoa humana, ferindo, ainda, o equilíbrio e a boa-fé contratuais, tutelados pelo ordenamento consumerista, não se perdendo de vista que a Constituição Federal alberga a proteção do consumidor entre os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

direitos fundamentais. 7. Recurso de Agravo improvido. (Apelação Cível nº 169732-3/01. Des. Relator: Bartolomeu Bueno. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Data do Julgamento: 24/7/2008).

Desta forma, não merecem razão as alegações da apelante, no sentido de que não teria a obrigação de cobrir o exame, conforme a Resolução Normativa nº82 editada pela ANS. A bem da verdade, sua negativa de cobertura restou injustificada e ensejadora de danos a apelada.

O Recurso Adesivo interposto pela ora apelada requereu a majoração do *quantum* indenizatório para o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), bem como o aumento dos honorários advocatícios de 10% para 20% sobre o valor da condenação.

Entendo que a conduta da UNIMED em retardar ou negar a autorização de exames e procedimentos necessários ao diagnóstico do paciente, conforme ocorreu no caso em tela, é injustificada e abusiva, capaz de ensejar sofrimento e angústia ao paciente cujo estado de saúde já está debilitado. A majoração do valor indenizatório, portanto, mostra-se razoável e proporcional, considerando-se o caráter pedagógico da medida bem como a vedação ao enriquecimento ilícito.

Com relação à majoração dos honorários advocatícios, atendendo à determinação do art. 20, § 3º do CPC com relação à atuação e diligência do advogado do caso em tela, entendo razoável e proporcional a determinação do juízo *a quo* em 10% do valor da causa.

Em face do exposto, voto pelo **não provimento do Recurso de Apelação**, e pelo **parcial provimento do Recurso Adesivo** de forma a modificar a sentença apenas no sentido de majorar o *quantum* indenizatório para o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mantendo a sentença vergastada nos seus ulteriores termos.

É como voto.

Recife,

21/03/2013

Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

APELAÇÃO CÍVEL Nº 246656-2

APELANTE: UNIMED COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

APELADO: LIDIANE SUELY MARQUES BATISTA

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

REVISOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

VOTO DE REVISÃO:

Trata-se de recurso de Apelação Cível interposto pela Unimed Cooperativa de Trabalho Médico contra sentença proferida nos autos da Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais proposta por Lidiane Suely Marques Batista, que condenou a apelante ao pagamento do *quantum* de R\$ 5.000,00 (cinco mil) reais referente ao dano moral, face a negativa indevida de realização de exame médico TILT TEST.

Por seu turno a autora atravessa o respectivo Recurso Adesivo, buscando a majoração do valor arbitrado a título de dano moral, bem como o aumento dos honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, para 20% (vinte por cento).

Passo a análise dos autos.

Observo que a apelante negou-se a autorizar a realização do referido exame, alegando inexistência de cobertura contratual. Porém, no referido contrato não há nenhuma negativa expressa de cobertura do exame, fls.17, portanto, deve o seguro cobrir tal despesa, pois, a interpretação teleológica dos dispositivos insertos no Código de Defesa Consumidor que conduz ao raciocínio de que a função social do contrato se realiza no momento em que a dignidade, a vida, a saúde e a segurança do consumidor são respeitadas em todas as suas relações com os fornecedores.

224
C



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

Ora, se o paciente/consumidor tem à sua disposição um exame médico mais eficaz e com menos efeitos prejudiciais, mostra-se abusiva e ilegal a negativa das operadoras de planos/seguros de saúde de custeá-lo, sobretudo quando o médico indica sua realização, fls. 48, e não existe expressa cláusula contratual exonerativa, conforme se verifica ao ler as cláusulas contratuais indicadas.

Isso porque é legítima a expectativa do consumidor de ter a sua saúde restabelecida e/ou preservada da maneira menos gravosa e mais eficaz possível, usufruindo dos serviços médicos prestados, sem restrições, a não ser aquela expressamente pactuada e, mesmo assim, que não entre em conflito com as disposições de ordem pública constantes do Código de Defesa do Consumidor e da Lei nº 9.656/98.

Existindo ato abusivo, há o ato ilícito, sendo devido o dano moral, pois a saúde da segurada poderia ter se agravado, ou foi, em face da angústia e dor psicológica, decorrente de uma negativa nunca esperada por si, e após contribuir por mais de 05 anos, com um plano que lhe traria, em tese, tranquilidade no atendimento em momentos como esses.

A sentença fixou o valor do dano moral em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Diante dos fatos e razões expostos, entendo que tal valor está em desconformidade com os valores estipulados pela jurisprudência dos nossos Tribunais, devendo o mesmo ser majorado para de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Pelo exposto, voto para que negar provimento ao recurso de apelação interposto pela UNIMED COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, e dar provimento parcial ao recurso adesivo, apenas para majora o quantum indenizatório para o patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mantendo os honorários advocatícios fixados.

Recife, 21/3/2013


Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Revisor